

# Documentação Oficial Brasileira em forma não-Bibliográfica

VERA REGINA FERREIRA

Centro de Documentação e  
Informação da Câmara dos Deputados  
Brasília, DF.

A análise da situação dos documentos oficiais em forma não-bibliográfica impõe-se, no momento em que se expande no País a produção de materiais do gênero e se verifica a inexistência de um correspondente controle da documentação. Os recursos audiovisuais criados pela moderna tecnologia, inicialmente de uso restrito à área da educação, aplicam-se hoje aos mais diversos campos, merecendo tratamento especializado nos países desenvolvidos. Com base em diagnóstico preliminar que confirma a urgência de iniciar-se o controle bibliográfico desses documentos, propõe-se a realização de um levantamento, em âmbito nacional, a inclusão dos materiais AV na legislação referente ao depósito legal, sugerindo-se ainda a implantação de um Centro Nacional de Documentos Audiovisuais.

## Introdução

A idéia de realizar o presente levantamento surgiu das sugestões constantes do trabalho **Publicações Oficiais Brasileiras**, apresentado ao 7º CBBBD, onde se focalizou a necessidade de diagnosticar a situação das publicações da administração federal centralizada e descentralizada, uma vez que a produção documental do Governo "encontra-se referenciada, apenas e esporadicamente, na bibliografia nacional e em reduzido número de catálogos de entidades oficiais".<sup>(40)</sup>

No campo do que foi denominado naquele documento **Publicações oficiais em forma não-bibliográfica**, podia-se, a priori, afirmar apenas que muitas bibliotecas e serviços de informação publicam ou

recebem, de forma não-sistemática, listas, relações ou catálogos elaborados por iniciativa dos órgãos que mantêm as coleções. Dessa forma, o acesso aos documentos audiovisuais é extremamente difícil, perdendo-se fontes de pesquisa da maior importância, por falta de registro e divulgação. O exame da situação dos documentos oficiais audiovisuais impunha-se como passo inicial a projetos mais amplos, envolvendo aspectos como os de normalização de informações, análise da utilização dos recursos ou adequação de equipamentos. Decidiu-se, assim, efetuar um trabalho preliminar, de caráter exploratório, com o fim de fornecer subsídios aos interessados no problema do ponto de vista do controle dessa documentação, e observações que despertem e estimulem, nos órgãos governamentais responsáveis, a consciência para a necessidade de se estabelecer um sistema integrado de informações que possibilite o acesso aos documentos oficiais audiovisuais.

### **Panorama da utilização dos recursos AV**

A crescente aplicação, em diferentes áreas, dos recursos denominados em língua inglesa **nonbook**, **nonprint** ou **audiovisual** tornaram seu conhecimento, nos países desenvolvidos, um campo especializado. De início utilizados principalmente com fins didáticos, esses materiais têm, na atualidade, inúmeros empregos, constituindo as possibilidades de seu aproveitamento, no futuro, objeto de curiosas especulações. A limitação de tipos de materiais, que devem ou podem ser incluídos no gênero, tem originado numerosos estudos e, quanto à fixação da terminologia, também não são de simples resolução as divergências apresentadas pelos especialistas no assunto.

**Nonbook material** é expressão usada para designar todo e qualquer material, não incluído nas categorias livro, folheto e periódico e que requer tratamento especial<sup>(24)</sup>. Poderia ser traduzida por material **não-livro** e assim apareceu intitulado os questionários para coleta de dados utilizados neste levantamento. A expressão **material especial** tem sido aplicada para definir o mesmo tipo de documentos<sup>(10)</sup>. Com sentido idêntico, no índice da edição em português do **Código de catalogação Anglo-Americano**, foram incluídas as expressões **material diferente do livro** e **não-bibliográfico**<sup>(14)</sup>. Jay E. Daily utiliza a expressão **nonprint material** para designar aqueles materiais que não podem ser descritos pelas regras que são aplicadas aos livros e que requerem métodos especiais de aquisição, catalogação, uso e armazenagem<sup>(15)</sup>. O termo **audiovisual** é, geralmente, reservado pelos autores estrangeiros para designar os materiais que exijam em sua utilização equipamento apropriado de som e/ou vídeo. Não obstante, no verbete "Audiovisual materials and services" da **Encyclopedia of library and information science**, há referência ao

termo **nonbook** como sinônimo de **audiovisual**, sendo mencionados, no texto, como materiais audiovisuais, não apenas discos, filmes diapositivos, como também mapas, gráficos, modelos e ainda microformas e fitas de computador.

As criações da revolução tecnológica vêm transformando, em ritmo cada vez mais acelerado, a vida cultural, política e social da humanidade. O Professor Edson Nery da Fonseca, em sua obra **Problemas de comunicação da informação científica**, cita a visão profética do cientista russo V. P. Cheremin, a propósito da utilização combinada dos recursos da microfotografia e da telecomunicação nos processos de armazenagem e recuperação da informação em tempos futuros<sup>(20)</sup>. Especialistas em educação admitem que os registros sonoros e o cinema estão para o ensino do futuro, assim como o livro para o ensino da atualidade.

Alvin Toffler, autor de **O choque do futuro**, em observações sobre as conseqüências da utilização da tecnologia avançada na educação, afirma que não teremos futuramente a uniformidade e a homogeneização apontadas como os perigos do uso dos meios de comunicação de massa. Inversamente, nos sistemas educacionais do porvir, a tecnologia criará possibilidades de se permitir ao estudante mais alternativas e escolhas do que se lhe oferece no presente.

“Com vastas bibliotecas de dados à sua disposição, via informação computarizada de sistemas informativos manipuláveis à vontade, repetidamente, com suas próprias fitas magnéticas e suas unidades de televisão, seu próprio equipamento eletronicamente estruturado para seus estudos, o estudante será libertado, pela maior parte do seu tempo, das restrições e das coisas desagradáveis que o atormentam na sala de aula confinada<sup>(49)</sup>.”

Na indústria, o uso dos audiovisuais vem se generalizando, uma vez que se mostram eficientes meios de divulgação de técnicas de trabalho, de novos materiais, de resultados de pesquisas etc. O Governo utiliza os veículos de comunicação para informar sobre novos programas, projetos de desenvolvimento regional, métodos de treinamento de pessoal e relações públicas. As recentes mostras de arte revelam a ascensão de novas técnicas, especialmente no âmbito dos recursos fotográficos<sup>(39)</sup>. Há algumas décadas atrás, H. G. Wells, em seu artigo para a **Encyclopedie française**, “Rêverie sur un thème encyclopédique”, já propunha a elaboração de uma enciclopédia permanente mundial em microfilme, mantida em dia por uma gigantesca equipe de investigadores, distribuídos por todo o mundo<sup>(54)</sup>.

Foi a partir de 1920 que as bibliotecas públicas americanas iniciaram a organização de coleções especiais de registros musicais e cinematográficos de valor didático e cultural. O primeiro catálogo, elaborado especificamente para uso em bibliotecas, apareceu em 1939, compilado pelo Comitê de Publicidade da American Library Association. Sua finalidade era sugerir fontes de material para exposições, e incluía tabelas, mapas, filmes, diapositivos e fotografias, indicando, além dos dados específicos sobre o material, informações sobre como e onde obtê-los <sup>(25)</sup>. Hoje as bibliotecas americanas dispõem de numerosos guias, catálogos e índices que facilitam a localização e a seleção dos audiovisuais. O National Audiovisual Center, órgão criado em 1969 e vinculado ao National Archives and Records Service (USA), funciona como uma central de informações sobre todos os serviços referentes a empréstimo, venda ou aluguel de materiais audiovisuais produzidos por entidades oficiais norte-americanas. Dispõe de um serviço de referência para informar o público sobre os materiais que são distribuídos pelo próprio Centro, por outros órgãos federais ou serviços não oficiais. Em 1974, a entidade publicou o **Catalog of United States Government Produced Audiovisual Materials** no qual aparecem registrados 4.500 documentos AV (filmes, diapositivos, diafilmes, discos, fitas e videotapes) disponíveis para venda ou aluguel.

O controle bibliográfico dos materiais especiais em países desenvolvidos vem preocupando os especialistas no assunto, uma vez que proliferam relações, indicadores, guias, catálogos e índices publicados pelos produtores comerciais e órgãos do governo. (Anexo 4) Na França, o desenvolvimento dos serviços de pesquisa, produção e distribuição de audiovisuais teve maior impulso a partir de 1963 com a criação da Comissão Interministerial dos Meios Audiovisuais <sup>(33)</sup>. Examinando os documentos audiovisuais do ponto de vista dos processos de registro e de fornecimento de informações, no trabalho publicado pelo National Council for Educational Technology, de Londres, **Nonbook materials: their bibliographic control**, é proposta a instituição de um banco de dados, para arquivos de leitura mecânica, que se denominaria LERMISTOR — Learning Material Information Store. Os organismos que publicam atualmente bibliografias desses meios de informação deveriam normalizar seus métodos e produzir arquivos compatíveis que fornecessem dados ao banco. Este, a pedido, informaria através de listas e catálogos seletivos <sup>(9)</sup>.

Na 39ª reunião da IFLA, realizada em Grenoble, em 1973, o Diretor da British Library Lending Division, Maurice B. Line, em sua comunicação **Inclusion of materials in current national bibliographies de-**

clarou, baseado em exame das bibliografias nacionais de 14 países, que é reduzido o número das que registram os materiais não-livro.

“Os materiais visuais e sonoros estão se tornando cada vez mais importantes e seu registro devia ser objeto de toda bibliografia nacional (34).”

Já na reunião da IFLA, Seção de Bibliotecas Públicas, realizada em Washington em novembro de 1974, o Grupo de Trabalho em Audiovisuais apresentou importantes recomendações. Sugeriu-se a promoção de um levantamento, através das Associações de Bibliotecários, que serviria de base à análise e avaliação da situação dos AV, devendo, das informações coligidas, ser publicado um relatório. Propôs-se ainda que a IFLA estimulasse o levantamento estatístico das coleções e dos serviços AV em âmbito internacional, em colaboração com a UNESCO (26). Tais sugestões, como os exemplos aqui apresentados, relativamente ao tratamento que os documentos AV merecem em outros países, vêm ao encontro da proposta que se pretende lançar neste trabalho.

### A Situação no Brasil

Sem dúvida, já existe no País um consenso acerca da contribuição que os meios audiovisuais podem representar na tarefa de abrir maiores oportunidades educacionais.

“A magnitude do problema educacional no Brasil e a absoluta necessidade de mudanças qualitativas e quantitativas obriga à experimentação e à utilização de técnicas mais adequadas para atingir um público mais numeroso, oferecendo-lhe melhor produto, melhor educação (12).”

Tem-se conhecimento de vários estudos e projetos sobre a utilização de tecnologia audiovisual, no campo da educação. Merecem destaque os levantamentos efetuados, nos níveis de ensino Secundário (2º Grau) e Superior, pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho, do INEP (43) e os projetos em desenvolvimento no campo da radiodifusão educativa e da teleeducação.

Para estudar e definir uma política de utilização dos recursos da tecnologia audiovisual nos sistemas educacionais na América Latina, realizou-se em São Paulo, em outubro de 1972, sob o patrocínio do MEC e do Instituto Latino-Americano de Comunicação Educativa (ILCE), órgão filiado à UNESCO, o Seminário Latino-Americano sobre Centros Audiovisuais. Na ocasião, representantes dos países participantes firmaram o documento denominado **Carta de São Paulo**, onde relacionaram 14 recomendações a serem encaminhadas a

seus respectivos governos. Nessas recomendações, observa-se a ênfase dada aos aspectos da comunicação, do intercâmbio e da divulgação da informação, sem o que toda a política de ação proposta seria inútil:

“— promover a circulação fluida das informações relacionadas com todas as experiências nacionais que incorporem o uso de novas tecnologias educativas;

— concentrar e distribuir a informação mencionada através de um Centro de Documentação Audiovisual Latino-Americano, para facilitar o acesso àqueles meios;

— manter em dia a informação sobre o início, o desenvolvimento a avaliação e os resultados de cada projeto, assim como sobre o material que se julgue válido para intercâmbio;

— para a coordenação e realização das diversas atividades previstas nesta Carta, os Governos deverão designar uma entidade nacional para que se responsabilize por seu cumprimento;

— o Instituto Latino-Americano de Comunicação Educativa (ILCE), como organismo regional, assumirá o compromisso de publicar bimestralmente informações sobre os projetos e facilidades em recursos materiais existentes nos países latino-americanos em matéria de tecnologia educativa. Os países signatários assumem, por sua vez, o compromisso de enviar regularmente informações que permitam a publicação mencionada (45).”

Contudo, as perspectivas quanto ao desenvolvimento efetivo da utilização dos recursos audiovisuais não são das mais animadoras. Indagado sobre o cumprimento do compromisso de publicação de informações relativas à tecnologia educativa pelo ILCE, o PRONTEL, órgão executor do Seminário, declarou, em resposta à nossa carta, que “após detalhado exame da documentação existente em seu acervo não foi encontrado nenhum dado esclarecedor quanto ao cumprimento da **Carta de São Paulo**, em quaisquer dos referidos itens.” Ainda a propósito da **Carta de São Paulo**, no relatório final do Seminário, o Coordenador-Geral, Prof. Helio Italo Serafino, já afirmava acreditar que:

“O estágio crítico em que nos encontramos atualmente no campo da comunicação audiovisual em educação, tem suas raízes no pouco interesse com que documentos desse tipo são encarados por especialistas, administradores e dirigentes educacionais (45).”

Os Serviços Audiovisuais mantidos pelo MEC, na estrutura do INEP, foram ou estão sendo assimilados por outros organismos oficiais.

As conclusões das pesquisas mencionadas apontaram que as escolas e universidades que dispõem de centros audiovisuais oferecem serviços precários, por insuficiência de recursos humanos e materiais. A área da divulgação apresenta-se quase totalmente a descoberto. Sobre os resultados do IV Congresso Brasileiro de Educação Audiovisual, realizado em julho de 1974 no Rio de Janeiro, promovido pela Associação Brasileira de Educação Audiovisual, não conseguimos obter informações.

Não obstante o quadro pouco encorajador, no aspecto focalizado, pesquisadores sociais, antropólogos e historiadores, preocupados ante a ameaça de descaracterização e destruição dos valores culturais do nosso povo, no que ainda lhe resta de típico e autêntico, apontam os recursos audiovisuais como suporte básico da informação em tempos futuros, certos de sua importância como fonte para a pesquisa histórica. No ano findo, o Arquivo Nacional promoveu a realização de um painel de estudos sobre História Oral e Arquivo Sonoro, sendo ressaltada, na ocasião, a importância do registro de testemunhos dos que participam diretamente dos eventos como fonte primária para os historiadores do futuro. Os Professores Américo Jacobina Lacombe e José Honório Rodrigues vêm acentuando o valor dos documentos audiovisuais, na preservação de nosso passado cultural. Sem dúvida, são principalmente os documentos originais, visuais e sonoros, por suas características peculiares e grande fragilidade, que devem merecer tratamento e divulgação especiais. As reproduções de documentos impressos, conquanto importantes e necessárias, não se enquadram nesta análise.

A documentação iconográfica, por exemplo, muito vasta e em grande parte inédita como fonte histórica, ainda é desprezada por historiadores e professores, quer em trabalhos de pesquisa, quer nos compêndios<sup>(32)</sup>. Os dois ilustres historiadores são membros da Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, responsável pela publicação da **Bibliografia de História do Brasil**, editada pelo Ministério das Relações Exteriores. Estranha-se que trabalho de tal relevância — referenciando livros e artigos de periódicos editados no País e ainda obras, folhetos e artigos publicados no estrangeiro sobre o Brasil — deixe de incluir materiais especiais considerados, por ambos, documentos básicos. O Professor José Honório Rodrigues dedica, no capítulo "Fontes da história moderna e contemporânea", de sua obra **A pesquisa histórica no Brasil**, um tópico exclusivamente ao filme documental, como recurso da maior importância para fins de reconstituição histórica.

"Apurada a veracidade do filme, insuspeita sua fidedignidade, ele é fonte primordial, quando é um conhecimento audiovisual direto,

não censurado, especialmente nos noticiários diários e semanais, filmando os acontecimentos na hora do seu nascimento (41).”

Interessante é consignar que não são recentes, como se poderia imaginar a princípio, nossas incursões pelos registros AV. Os primeiros documentários cinematográficos de interesse histórico datam do final do século XIX, com as tentativas de realização de “jornais de atualidade”. Em 1898, Afonso Segreto filmou a família do Presidente Prudente de Moraes, no Palácio do Catete, transformado em sede do Executivo Federal, durante seu mandato (17). A urgente necessidade de preservação do filme documentário foi amplamente debatida por cineastas e cientistas sociais durante o I Simpósio do Filme Documental Brasileiro, realizado em novembro de 1974, no Recife, sob promoção do Departamento de Assuntos Culturais do MEC e do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

“Acreditamos que ao cinema está reservado um destacado papel no trabalho de preservação; urge salvaguardar o que já existe de válido em termos de filme brasileiro — a memória visual do País — e ao mesmo tempo empregar os amplos, meios da moderna técnica cinematográfica para se fazer um registro, o mais completo e autêntico possível, da riqueza cultural de nosso povo (2).”

Durante o Encontro, fez-se referência à criação do Centro Modelo de Cinema — CENTROCINE — que poderá tornar-se o órgão impulsionador do cinema documental no País.

As conclusões do Simpósio mostraram que o documentário cinematográfico brasileiro não consegue se desenvolver devido à fragilidade de seu mercado. Foi ressaltada a urgência de aumentar-se o tempo reservado ao documentário na televisão, tendo em vista a audiência que atinge, recomendando-se a formação de uma rede de produção, distribuição e exibição de filmes de caráter educativo e cultural, vinculados ao ensino e à pesquisa. Os aspectos referentes ao controle e à divulgação das informações não foram cogitados.

Uma iniciativa que merece registro é o projeto de elaboração de um **Índice corrente de recursos audiovisuais**, apresentado em 1969, durante o 2º Congresso Regional sobre Documentação, realizado no Rio de Janeiro. O **Índice** teria a finalidade de inventariar os materiais audiovisuais disponíveis em nosso meio, permitindo “melhor acesso aos recursos AV, com amplo intercâmbio e cooperação (23).” O plano inicial, apresentado naquela oportunidade, previa a edição periódica das informações colhidas em fichas formato padrão, permitindo sua montagem em catálogo com arranjo sistemático em seções por tipos de material audiovisual, sendo obedecida, em cada seção, a classificação por assunto. Embora o aspecto da divulgação seja considerado, a ênfase do trabalho está, sem dúvida, vol-

tada para o processamento técnico e a normalização das informações a serem incluídas no **Índice**. Sabe-se que o projeto vem sendo desenvolvido pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Universidade de São Paulo, mas as tentativas de obtermos maiores informações quanto à fase em que se encontra não tiveram êxito.

Trabalho que igualmente deveria merecer todo estímulo é o que vem sendo elaborado pelo Setor de Documentação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Trata-se de um projeto de pesquisa denominado Documentação Regional e tem por finalidade localizar, organizar e divulgar o acervo documental de arquivos públicos e particulares brasileiros. Em 8 anos de funcionamento, conseguiu microfilmear um milhão de documentos. O Setor dispõe de filmes, diapositivos e outros materiais audiovisuais de interesse geral para os estudos históricos<sup>(1)</sup>.

A maior parte das iniciativas de divulgação do acervo de materiais especiais corre por conta das próprias entidades que mantêm as coleções. Publicam-se boletins esparsos, listas, ou mesmo catálogos, em tiragem reduzida. Esgotadas, sem atualizações, tornam-se aquelas "publicações clandestinas" como, a propósito das publicações oficiais, já se referiu o Professor Rubens Borba de Moraes. Tal é o caso de trabalhos como:

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA. **Catálogo de filmes, publicações, slides e fitas gravadas**. 1970.

Arranjo por assunto, segundo classificação própria. Esgotado.

INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA. **Catálogo de filmes**. 1972,

Arranjo por assunto, incluindo resumos. Esgotado.

PETROBRÁS. **Catálogo coletivo de livros, folhetos e filmes**. 1959.

Elaborado em colaboração com o IBBB, relaciona alfabeticamente 258 títulos de filmes e projeções fixas. Esgotado.

\_\_\_\_\_. **Filmes e projeções fixas de utilidade para os cursos da PETROBRÁS**. 1968. Inclui 458 títulos em arranjo sistemático, repetindo os materiais referenciados no **Catálogo** de 1959. Esgotado.

Embora todas essas tentativas sejam louváveis, observa-se que os entraves decorrentes da carência de divulgação, agravada pelas dificuldades de comunicação entre os órgãos, tornam tais esforços isolados pouco produtivos. Durante o I Seminário para Estudos de Problemas Brasileiros, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1971, o Grupo de Trabalho da TV Universitária, Canal 11, do Recife, ao analisar os problemas enfrentados por técni-

cos, professores e assessores pedagógicos, na preparação de aulas para a televisão, afirma quanto ao acesso às fontes de pesquisa:

“Um trabalho que ocorre, por vezes, é a dificuldade de se obter opacos e transparentes, sem que o técnico e até o assessor consigam localizá-los <sup>(52)</sup>.”

Outro fato comum é encontrarem-se referências a materiais AV, muitas vezes incompletas, dispersas em periódicos especializados. Verifica-se, então, que há necessidade de se instituir desde já, no País, um órgão responsável pelo levantamento dos documentos audiovisuais oficiais, a exemplo do que ocorre nos grandes centros de documentação americanos e europeus. Vejamos, a seguir, como o problema se apresenta em face da legislação em vigor, relativamente ao depósito legal, e qual a posição dos órgãos federais mais diretamente ligados ao assunto.

### **Os documentos audiovisuais nos atos sobre Depósito Legal**

Nosso primeiro dispositivo de lei relativo à matéria não incluía os materiais especiais entre os de contribuição obrigatória. O Decreto nº 433, de 3 de julho de 1847, que instituiu no País o Depósito Legal, apenas obrigava “os impressores à remetter, na Corte, à Bibliotheca Nacional, e nas Províncias à Biblioteca da Capital, hum exemplar de todos os impressos que sahirem das respectivas Typographias”.

Durante a gestão de Manoel Cícero Peregrino da Silva frente à direção da Biblioteca Nacional, a legislação sobre o Depósito Legal é alterada, estendendo-se a obrigatoriedade da remessa a “obras musicais, mapas, plantas, planos e estampas”, aplicando-se ainda aos “selos, medalhas e outras espécies numismáticas, quando cunhadas por conta do Governo”. No Art. 2º das Instruções, de 19 de dezembro de 1930, há referência à inclusão, no Depósito Legal, dos trabalhos executados em oficinas que empregam quaisquer processos fotomecânicos, bem assim daquelas em que se imprimam trabalhos de gravura sobre madeira, metal ou outra substância.

Ainda por força do Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907, a publicação da bibliografia brasileira corrente deveria ser reiniciada, o que só ocorreu em 1918. Muitas têm sido as interrupções e quase permanentes os atrasos na publicação do **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional**. Não obstante o esforço da atual direção da Biblioteca Nacional, com vistas à atualização do **Boletim**, a partir do nº 1 do v. 18, uma informação, incluída no prefácio, alerta os leitores para uma alteração relativa ao conteúdo registrado.

“Com o propósito de não retardar sua publicação, o presente número do **Boletim** foi levado a sacrificar o material especial, ainda que

recebido neste primeiro trimestre de 1973, divulgando apenas, livros e folhetos registrados (10).” Assim, uma fonte que já não era muito corrente, deixou de existir, pelo menos, temporariamente. Ainda quanto à contribuição obrigatória, encontra-se em vigor o Decreto-lei nº 824, de 5-9-69, que dispõe sobre a remessa de obras ao Instituto Nacional do Livro. De acordo com essa norma legal, devem as editoras e gráficas brasileiras enviar ao INL um exemplar de cada trabalho que editarem, estando compreendidos no dispositivo, além dos livros, obras musicais, mapas, planos, plantas, estampas, revistas, jornais, plaquetas e folhetos. Em cumprimento ao mesmo Decreto-lei, deveria ainda o INL divulgar, através da **Bibliografia Brasileira Mensal**, todas as obras recebidas. A BBM foi publicada ininterruptamente de novembro de 1967 a dezembro de 1972, divulgando nesse período quase os mesmos títulos recebidos pela Biblioteca Nacional. As referências relativas a materiais especiais eram registradas juntamente com os livros e limitavam-se, praticamente a mapas, partituras e estampas. A partir de 1973, por força de convênio entre a BN e o INL, foi transferida apenas à primeira a responsabilidade de elaborar e divulgar a bibliografia brasileira corrente. Recorde-se que, justamente nessa época, o **Boletim** deixou de registrar os materiais especiais. Lamentamos a impossibilidade de apresentar uma comparação de acervos dos órgãos em análise.

Não obstante as reiteradas solicitações por carta e telefone, não recebemos, em tempo hábil, os dados relativos ao INL. Sabe-se que a documentação recebida, em decorrência do Depósito Legal, não é conservada reunida para processamento técnico pelo INL, mas totalmente redistribuída para outras bibliotecas registradas no Órgão (22). A legislação referente ao Depósito Legal precisa ser revista com urgência. Tem-se conhecimento de que se encontra em fase de estudos um novo anteprojeto de lei referente à matéria. Sem dúvida, qualquer iniciativa de reformulação deverá considerar, além dos materiais especiais previstos nos dispositivos em vigor, os caracteristicamente conceituados hoje como audiovisuais.

## **A posição dos órgãos oficiais**

### **O Arquivo Nacional**

De acordo com seu Regimento, aprovado pelo Decreto nº 44.862, de 21-11-1958, compete ao AN, entre outras funções, as seguintes, de interesse para a análise que se efetua:

“ — recolher, registrar, inventariar, classificar, catalogar, guardar e conservar documentos não só escritos mas também os cartográficos, fotocinematográficos, sonoros, provenientes dos órgãos integrantes dos Poderes da União e das entidades de direito privado

por ela instituídas e os de valor histórico provenientes de outras entidades públicas ou de origem particular;

— promover a execução de um plano de reprodução em microfilme dos documentos de valor histórico de propriedade de arquivos nacionais públicos e privados e de arquivos estrangeiros.”

O processamento dos materiais especiais é função de unidades especializadas do AN, a saber: Seção de Mapas, Seção de Fotografias, Seção de Filmes, Seção de Documentação Sonora, Seção de Microfilmes e Seção de Fonofotografia, que integram o Serviço de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica. A Seção de Documentação Sonora foi a primeira unidade, no gênero, a ser instalada na América Latina<sup>(46)</sup>. Cumpre a cada uma das unidades citadas fornecer ao Serviço de Pesquisa Histórica do AN os elementos relativos aos documentos sob sua guarda, necessários à edição de publicações. No processamento técnico da documentação, o Serviço adota sistemas de catalogação e classificação próprios. É permitido o acesso aos materiais audiovisuais e, a pedido, são feitas reproduções em cassetes, por exemplo, de gravações em discos ou fitas magnéticas. Entre as atribuições do Serviço não se alinha a de divulgar os documentos recolhidos. Os itens II e III do art. 23 prevêem a reprodução por microfilmagem “dos documentos ameaçados de destruição e dos de valor histórico de propriedade de arquivos nacionais, públicos e privados e de arquivos estrangeiros”.

## **O Instituto Nacional do Cinema**

Os dispositivos básicos que regem o INC são o Decreto-lei nº 43, de 18-11-1969, que criou o Órgão, e o Decreto nº 60.220, de 15-2-1967, que aprovou seu Regulamento. Ao INC compete, de acordo com o Art. 1º do ato de sua criação, “formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua promoção no exterior”.

Através do Departamento do Filme Educativo, cabe ao INC a produção e aquisição de filmes e diafilmes educativos ou culturais, bem como a aquisição de equipamentos audiovisuais para fornecimento a estabelecimentos de ensino e entidades congêneres ou para projeção sem finalidade lucrativa. Compartilhando o comando da indústria cinematográfica nacional com o INC, a EMBRAFILMES, sociedade de economia mista vinculada ao MEC e instituída pelo Decreto-lei nº 862, de 12 de setembro de 1969, tem por finalidade principal o financiamento da produção de filmes de valor cultural, artístico e científico. Noticia-se, no momento, a fusão dos dois órgãos e a criação de um outro, o CONCINE, dotado de maiores poderes norma-

tivos. Da análise dos atos legais citados, verifica-se a não existência de atribuições claramente definidas, relacionadas ao controle da produção cinematográfica, nos aspectos de interesse para a documentação.

Não obstante, o Departamento do Filme Educativo editou, em 1972, um **Catálogo de filmes** com o objetivo de registrar filmes produzidos e/ou distribuídos pelo INC, fornecendo aos estabelecimentos de ensino esclarecimentos quanto às normas de empréstimo de cópias e aos cuidados a serem observados na utilização do material e do equipamento. O Catálogo, arranjado sistematicamente, apresenta 273 filmes com resumos, índices de títulos e de assuntos, incluindo ainda uma filmografia — Diretores brasileiros — e um artigo em homenagem a Roquete Pinto, inspirador e pioneiro do cinema educativo no Brasil. A nota introdutória destina-se à clientela que faz uso do filme para fins didáticos, não incluindo informações mais detalhadas sobre o acervo registrado, processamento técnico dos materiais no DFE, etc. Dessa lista, atualmente esgotada, foi elaborado, em 1974, um Apêndice cuja consulta é dificultada pela inexistência de índice de títulos. Um confronto com publicações estrangeiras que registram filmes brasileiros — como os catálogos especiais publicados pela UNESCO e os editados pela Library of Congress — revelou que filmes de caráter educativo-cultural, incluídos nesses repertórios, não figuram no **Catálogo** do INC. Tal ocorre, por exemplo, com o filme **O descobrimento do Brasil**, produzido pela Divulgação Cinematográfica Bandeirante, São Paulo, em 1952 e referenciado sob o nº 123 no **Catologue de films d'intérêt archéologique, ethnographique ou historique**, publicado pela UNESCO em 1970. Já o filme **Brazil: tropical rain forest**, produção de Ealing Corporation, 1970, que mostra aspectos da expedição de Darwin em florestas tropicais brasileiras, aparece registrado no volume de 1970 do **Motion pictures and filmstrips** da LC (atualmente intitulado **Films and others materials for projection**). Recorde-se que, entre as atribuições do INC, alinham-se as de adquirir filmes e diafilmes educativos ou culturais e promover o filme brasileiro no exterior. Considerando que o **Catálogo de filmes** é a única publicação no gênero, de iniciativa de órgão oficial, seria de todo recomendável fosse editado regularmente, com atualizações contínuas, e acrescido, em seção especial, do acervo de diafilmes. Esse acervo, aliás, em 1974, já atingia um total de 44.034.

## **O Programa Nacional de Teleducação**

O PRONTEL foi instituído pelo Decreto nº 70.185, de 23-2-1972, com a finalidade de integrar, em âmbito nacional, as atividades didáticas e educativas através do rádio, da televisão e de outros meios.

De acordo com o ato de sua criação, trata-se de um organismo de natureza transitória. No momento, sabe-se que uma ampla reestruturação vem sendo efetuada, o que impede se apresente o PRONTEL como uma das instituições que poderia tornar-se responsável pela coordenação de um amplo levantamento dos recursos audiovisuais no País. É oportuno assinalar que, na fase de coleta de dados para a presente pesquisa, contamos com eficiente colaboração do PRONTEL.

### **Fontes Gerais e Metodologia Aplicada**

Em virtude das divergências em torno da fixação de uma terminologia eficiente e das dificuldades em encontrar correspondentes, em língua portuguesa, para expressões de outros idiomas, o termo audiovisual designa, neste trabalho, toda espécie de material não incluído nas categorias livro, folheto e periódico, podendo aparecer sob a notação AV. Conceituado como **oficial** o documento editado e/ou custeado pela administração federal ou por órgãos da administração direta e indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações), o universo estudado incluiu, inicialmente, as entidades que, segundo as fontes consultadas, dispunham de centros ou serviços de audiovisuais. Essas fontes, para levantamento de entidades, foram, de início, as seguintes:

ALMEIDA, Fernanda de Camargo e. **Guia dos museus do Brasil**. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DOCUMENTAÇÃO. v. 1- 1811/1960- Rio de Janeiro IBBD, 1960.

BIBLIOTECAS especializadas brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro, IBBD, 1969.

GUIA das bibliotecas brasileiras. 4. ed. Rio de Janeiro, INL, 1969.

Durante o processamento da pesquisa, foram sendo acrescentadas referências obtidas de outras fontes, desde a bibliografia consultada, aos catálogos de editores comerciais e às listas telefônicas brasileiras, bem como indicações feitas por alguns dos próprios informantes.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados questionários remetidos pelo Correio, com esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa. É sabido que, como instrumento de coleta de dados, o questionário apresenta, entre outras, limitações decorrentes da não-devolução e do grande número de extravios. Contudo, considerada a abrangência da pesquisa e tratando-se de um levantamento preliminar, optou-se por esse recurso, por ser o mais viável, no caso.

Procurou-se, sempre que necessário, após o recebimento das informações, estabelecer contatos telefônicos ou por carta, a fim de obter esclarecimentos adicionais. Para as entidades extraídas das

fontes indicadas — especificamente bibliotecas, centros de documentação e museus — foi elaborado o questionário A (anexo 1). Considerando que os serviços de empresas especializadas na produção de materiais audiovisuais são muitas vezes utilizados por órgãos da administração, elaborou-se o questionário B (anexo 2), a ser dirigido a produtores e/ou editores. A partir das informações remetidas, essas firmas ou empresas passariam a integrar o cadastro de editores que vem sendo preparado pela Seção de Registro e Controle das Publicações Nacionais, da Coordenação de Biblioteca, do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. A remessa dos questionários teve início a 16 de setembro de 1974, e, dois meses após, para as entidades e empresas que não havia feito a devolução, foi providenciado o envio de novas cópias, reiterando-se o pedido. O prazo-limite para inclusão de dados nos mapas de tabulação foi o dia 31 de março de 1975. Os questionários devolvidos receberam numeração seqüencial, em ordem de chegada, sendo os dados tabulados manualmente, depois de examinados. Após as fases de tabulação e análise, foi dado o arranjo alfabético final, de Empresa, como aparece no anexo 3. As informações constantes dos questionários recebidos, não incluídas na análise que se faz a seguir e nos quadros anexos, encontram-se à disposição dos interessados, no Centro de Documentação e Informação.

### **Análise dos Resultados**

Dos 165 questionários A remetidos, foram recebidas 78 respostas (47%), sendo 48 positivas, ou seja, a Entidade dispunha de documentos AV em seu acervo. Para 73 questionários B encaminhados à área empresarial, apenas 19 firmas remeteram as informações solicitadas (26%), sendo que dessas, 17 produzem materiais AV.

#### **PERCENTUAL DE RESPOSTAS RECEBIDAS**

|                        | <b>Documentos oficiais AV</b> |              |                |
|------------------------|-------------------------------|--------------|----------------|
|                        | <b>sim %</b>                  | <b>não %</b> | <b>total %</b> |
| Entidades oficiais (A) | 61,5 (48)                     | 38,5 (30)    | 100 (78)       |
| Firmas produtoras (B)  | 89,5 (17)                     | 10,5 ( 2)    | 100 (19)       |

Verifica-se que a percentagem de respostas recebidas foi baixa: 47% para Entidades e 26% para Empresas. Acrescente-se que, das respostas recebidas referentes à área pública, ainda 38,5% declararam não dispor de materiais AV. Contudo, para uma análise inicial da situação, os dados obtidos podem oferecer estimativas preliminares, sugerindo-se, porém, seja efetuado um amplo levantamento, em âmbito nacional, logo que as possibilidades permitam. Interessava saber, em primeiro lugar, com que finalidades as Entidades

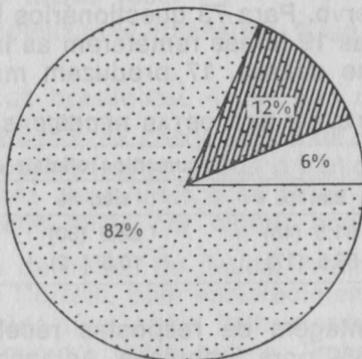
mantinham as coleções de documentos AV. O Quadro I, a seguir, mostra a situação quanto a esse ponto.

**QUADRO I. FINALIDADES DAS COLEÇÕES**

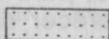
| Finalidades  | Total % |
|--|---------|
| Atendimento aos usuários                                       | 70 (34) |
| Doação   | 6 (3)   |
| Empréstimo   | 42 (20) |
| Uso da própria Instituição                                     | 73 (35) |
| Venda  | 10 (5)  |
| Outras (intercâmbio, fornecimento de cópias, exposições, etc.) | 6 (3) † |
| Sem resposta   | 14 (7)  |

Como se observa, na maior parte das Instituições, as finalidades concentram-se nos serviços de atendimento ao público, de empréstimo e na utilização dos materiais pela própria Instituição. Mostra-se reduzido o número das entidades oficiais que vendem materiais (10%) ou fazem doações (6%). É interessante comparar tal situação com a forma de operação das firmas produtoras de materiais AV que, na quase totalidade, vendem os materiais que produzem ou editam (82%), sendo reduzido o número das que, sob condições especiais, fazem doações (12%). (ver Gráfico I a seguir). Verificou-se ainda que, das empresas consultadas, apenas 29% prestam serviços a órgãos oficiais.

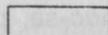
**GRÁFICO I. FORMA DE OPERAÇÃO DAS EMPRESAS QUE PRODUZEM MATERIAIS AV**



Legenda

 venda

 doação

 não especificado

Embora não fosse objetivo da pesquisa analisar em profundidade a situação dos documentos audiovisuais quanto ao tratamento dispensado às coleções, as indagações seguintes dizem respeito ao processamento técnico ou métodos utilizados para controle e recuperação da informação. Para respondê-las, deveria ter sido considerada a correlação tipo de material/forma de tratamento. Em muitos casos, esse cuidado não foi observado, certamente porque, no questionário, não se fez menção a tal necessidade. Dessa forma, os percentuais apresentados a seguir devem ser analisados com reservas.

#### QUADRO II. PROCESSAMENTO TÉCNICO DE INFORMAÇÃO

| Forma de processamento | Total % |
|------------------------|---------|
| Catálogoção            | 50 (24) |
| Classificação          | 44 (21) |
| Indexação coordenada   | 2 (1)   |
| Listagem               | 10 (5)  |
| Unitermo               | 2 (1)   |
| Sem resposta           | 27 (13) |

Como se pode notar, é razoável a percentagem de Entidades cujo material AV já recebe tratamento técnico. O percentual de "sem resposta" nesse item foi de apenas 27%. Destaque-se que 15% das Entidades informaram dispensar tratamento especial a cada coleção, apresentando, em anotações suplementares, o processamento utilizado. O quadro seguinte informa quanto aos códigos de catalogação adotados. Convém notar que foram sempre incluídos na categoria "não especificado" os casos em que o informante apenas assinalou uma alternativa, sem quantificar ou especificar, em cada situação particular, quanto ao que fora indagado.

#### QUADRO III. CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ADOTADO NO TRATAMENTO DAS COLEÇÕES

| Código adotado    | Total %  |
|-------------------|----------|
| Anglo-Americano   | 2        |
| ALA               | 6        |
| Cat. simplificada | 2        |
| Vaticana          | 2        |
| Especial          | 21       |
| Não especificado  | 21       |
| Sem resposta      | 46       |
| Total             | 100 (48) |

Vejamos como a situação se apresenta com referência à classificação dos documentos AV.

**QUADRO IV. SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO ADOTADO NO TRATAMENTO DAS COLEÇÕES**

| Sistema          | Total %  |
|------------------|----------|
| CDD              | 8        |
| CDU              | 4        |
| Especial         | 11       |
| Não especificado | 21       |
| Sem resposta     | 56       |
| Total            | 100 (48) |

Observa-se que 33% das Instituições adotam uma política em relação à catalogação do acervo de documentos AV. Esse percentual, em relação à classificação, é de 23%. O número de Entidades que seguem métodos próprios de catalogação é considerável. Não obstante a indagação quanto a código ou sistema adotados, o percentual de Instituições que não apresentou especificação foi, em ambos os casos, de 21%. Os dados relativos ao arranjo das entradas no catálogo, desvinculados das categorias de materiais, perdem muito de seu teor informativo, prejudicando um exame mais pormenorizado desse aspecto, quanto à adequação, facilidade de acesso, etc.

Com os elementos disponíveis, vamos verificar, no quadro V, como o problema se mostra quanto ao arranjo das entradas.

**QUADRO V. ARRANJO DAS ENTRADAS NO CATÁLOGO**

| Entradas (arranjo) | Total % |
|--------------------|---------|
| Assunto            | 64 (31) |
| Autor              | 42 (20) |
| Título             | 37 (18) |
| Cronológico        | 29 (14) |
| Geográfico         | 6 (3)   |
| Numérico           | 6 (3)   |
| Sem resposta       | 17 (8)  |

Observação semelhante à anterior deve ser feita ao ser analisada a existência de índices. Não houve conexão entre as informações

relativas a índices e as categorias de materiais existentes nas coleções.

**QUADRO VI. ÍNDICES**

| Índices | Total %  |
|---------|----------|
| Sim     | 50       |
| Não     | 50       |
| Total   | 100 (48) |

**QUADRO VII. ENTRADAS NO ÍNDICE**

| Índices (entradas) | Total % |
|--------------------|---------|
| Autor              | 42 (10) |
| Assunto            | 79 (19) |
| Cronológico        | 4 (1)   |
| Título             | 33 (8)  |
| Não especificado   | 8 (2)   |

Diante dos dados apresentados, pode-se notar que, das entidades que elaboram índices, uma percentagem superior (79%) adota índice de assuntos para a documentação AV, seguindo-se os de autor (42%) e de título (33%). Que tipos de material AV predominam nas coleções? Os Anexos 3 e 4 mostram o tamanho das coleções, de acordo com as respostas recebidas. Quando não foi quantificada, a existência do material aparece apenas assinalada.

**QUADRO VIII. TIPOS DE MATERIAL AV**

| Material AV  | Instituições % | Empresas % |
|--------------|----------------|------------|
| Diafilmes    | 17             | 47         |
| Diapositivos | 62,5           | 41         |
| Filmes       | 46             | 35         |
| Microfichas  | 8              | —          |
| Microfilmes  | 35             | 12         |
| Cassetes     | 10             | 18         |
| Discos       | 19             | 30         |

| Material AV   | Instituições % | Empresas % |
|---------------|----------------|------------|
| Fitas         | 17             | 30         |
| Partituras    | 10             | —          |
| Video tapes   | —              | 6          |
| Cartazes      | 29             | 6          |
| Estampas      | 19             | 6          |
| Fotografias   | 35             | —          |
| Cartas        | 4              | —          |
| Mapas         | 37,5           | —          |
| Plantas       | 12             | —          |
| Condecorações | 10             | —          |
| Medalhas      | 14,5           | —          |
| Moedas        | 6              | —          |
| Selos         | 6              | —          |
| Kits          | —              | 6          |

Assim, verifica-se, pelo Quadro VIII, que há predominância de diapositivos e filmes nas coleções de AV nas instituições, seguidos de mapas, fotografias e microfimes. Entre as firmas levantadas, a ocorrência de produção de diafilmes e diapositivos é a que aparece com mais freqüência, seguindo-se filmes, discos e fitas. Finalmente, examinou-se a questão relativa à divulgação dos materiais AV feita pelas instituições e empresas, e que se constituiu no ponto de maior interesse da pesquisa. O Quadro IX e os gráficos II e III fornecem tais informações.

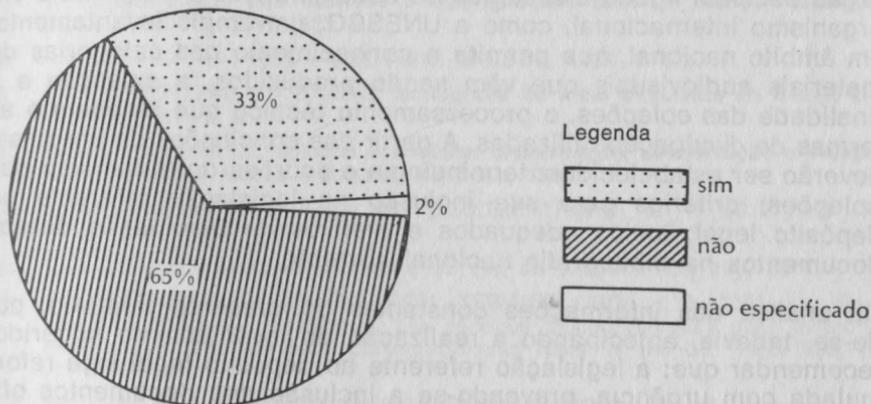
**QUADRO IX. FORMAS DE DIVULGAÇÃO DAS COLEÇÕES  
PELAS ENTIDADES**

| Forma de divulgação  | Total %         |
|----------------------|-----------------|
| Catálogo impresso    | 4               |
| Folheto              | 4               |
| Lista periódica      | 19              |
| Publicação periódica | 6               |
| Não especificada     | 2               |
| Sem resposta         | 65              |
| <b>Total</b>         | <b>100 (48)</b> |

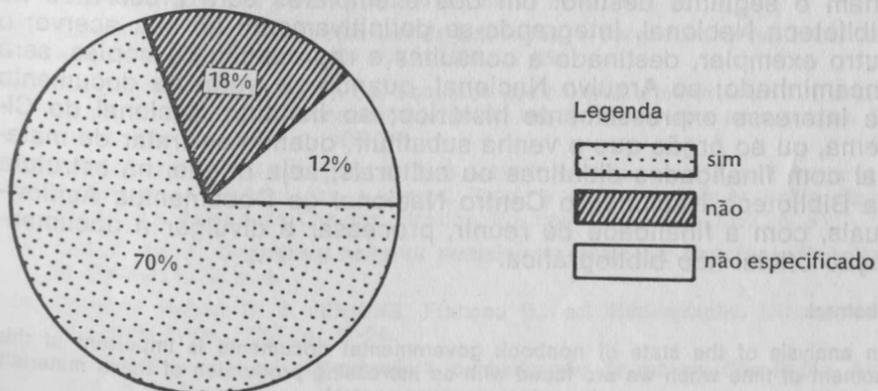
Como se observa, os resultados confirmaram nossa suposição inicial de que é reduzida a percentagem de entidades que divulgam suas coleções (35%). Acrescenta-se que apenas 4% dos participantes da pesquisa informaram estar em projeto a elaboração de catálogo impresso em suas instituições.

É interessante observar que, entre as firmas produtoras de materiais AV, o percentual de divulgação é elevado (82%). Nesse total inclui-se difusão através de listas e catálogos impressos. Os gráficos abaixo facilitam a comparação.

**GRÁFICO II. DIVULGAÇÃO DOS MATERIAIS AV PELAS ENTIDADES**



**GRÁFICO III. DIVULGAÇÃO DOS MATERIAIS AV PELAS EMPRESAS**



Com fundamento no exame dos dados e das informações apresentadas, que possibilitaram apenas um diagnóstico preliminar da situação dos documentos AV no País, expomos, em seguida, as medidas que se mostram imediatamente necessárias com vistas ao seu controle bibliográfico.

## **Conclusões**

Considerando que os documentos audiovisuais produzidos no País pelos órgãos da administração direta e indireta constituem-se em registros da informação da maior importância, pelo que representam como fontes básicas de pesquisa e eficientes instrumentos de comunicação, sugere-se que seja efetuado, através de convênio entre órgão nacional ligado a assuntos de documentação e pesquisa e um organismo internacional, como a UNESCO, um amplo levantamento, em âmbito nacional, que permita o conhecimento das categorias de materiais audiovisuais que vêm sendo produzidos, a extensão e a finalidade das coleções, o processamento técnico que recebem e as formas de divulgação utilizadas. A partir das conclusões da pesquisa, deverão ser estabelecidos: terminologia e padrões de tratamento das coleções; critérios para sua inclusão na legislação referente ao depósito legal; meios adequados e efetivos de divulgação desses documentos na bibliografia nacional corrente.

Da análise das informações constantes do presente relatório, pode-se, todavia, antecipando a realização do levantamento sugerido, recomendar que: a legislação referente ao depósito legal seja reformulada com urgência, prevendo-se a inclusão dos documentos oficiais audiovisuais: os órgãos da Administração Pública fiquem obrigados ao depósito de 2 (dois) exemplares de cada documento audiovisual que editarem ou produzirem; os documentos depositados tenham o seguinte destino: um dos exemplares será preservado na Biblioteca Nacional, integrando-se definitivamente ao seu acervo; o outro exemplar, destinado a consultas e reprodução de cópias, será encaminhado: ao Arquivo Nacional, quando se tratar de documento de interesse expressamente histórico; ao Instituto Nacional do Cinema, ou ao órgão que o venha substituir, quando se tratar de material com finalidades didáticas ou culturais; seja criado, na estrutura da Biblioteca Nacional, o Centro Nacional de Documentos Audiovisuais, com a finalidade de reunir, processar e divulgar a documentação oficial não bibliográfica.

## **Abstract**

An analysis of the state of nonbook governmental documents is important at this moment of time when we are faced with an increasing production of these materials but without any corresponding documentary control.

Audiovisual material — previously associated with education — has been developed and is now used in many differing fields, especially in developed countries, where there is advanced technology in its handling.

Based on a preliminary diagnosis which confirms the urgency of beginning the bibliographic control of those documents, it is recommended that a national survey be carried out and that AV material be included in the legislation on Copyright Deposit. It is also suggested that there should be a National Audiovisual Centre.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Fernanda de Camargo e. **Guia dos museus do Brasil**. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1972. 317 p.
2. ARAÚJO, Guido. **Elementos para o estudo do estado atual do cinema documental sócio-antropológico no Brasil**. 7 f. mimeografado. Trabalho apresentado ao I Simpósio do Filme Documental Brasileiro, Recife, 1974.
3. AVICENNE, Paul. **Les services bibliographiques dans le monde, 1960-1964**. Paris, UNESCO, 1967. 233 p.
4. ———. ———, 1965—1969, Paris, UNESCO, 1972. 314 p.
5. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Iconografia do meio circulante do Brasil**. Brasília, 1972. 317 p. il.
6. BANCO DO BRASIL. **Moedas e cédulas; classificação, conservação e seleção**. Rio de Janeiro, Museu e Arquivo Histórico, 1964.
7. BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA DE DOCUMENTAÇÃO. v. 1- 1811/1960- Rio de Janeiro, IBBD, 1960-.
8. BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA MENSAL. Rio de Janeiro, INL, 1967-1972.
9. BIBLIOGRAPHIE, DOCUMENTATION, TERMINOLOGIE. v. 1- 1961- . Paris, UNESCO, 1961- . Section II. Les services bibliographiques dans le monde (mis a jour Les services bibliographiques dans le monde, 1965-1969, par P. Avicenne).
10. BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro, 18(1): vi, 1º trim. 1973.
11. BOLETIM INFORMATIVO DO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA USP, São Paulo, 1(1), maio 1974.
12. CAMARGO, Nelly de. **Problemas da educação e comunicação no Brasil contemporâneo**. São Paulo, USP/ECA, 1970, p. 15.
13. CARVALHO, Antonio Vieira de. Recursos audiovisuais aplicados ao treinamento empresarial. In: ———. **Desenvolvimento de recursos humanos na empresa**. São Paulo, Pioneira, 1974, p. 103-119.
14. CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, preparado pela Associação Americana de Bibliotecas e outros. Trad. e adap. de Abner Lellis Corrêa Vicentini e Astério de Campos. Brasília, Ed. dos Tradutores, 1969, p. 511.
15. DAILY, Jay E. **Organizing nonprint materials; a guide for librarians**. New York, M. Dekker, 1972, p. 4.
16. DOWNS, Robert B. & JENKINS, Frances B., ed. **Bibliography**. Urbana, Univ. of Illinois Press, 1967, p. 17-24.
17. EMERY, Edwin et alii. **Introdução à comunicação de massa**. São Paulo, Atlas, 1974, p. 137.

18. **ENCYCLOPEDIA of Library and Information Science** New York, M. Dekker, 1969, v. 2, p. 94-98.
19. FONSECA, Edson Nery da. **Bibliografia brasileira corrente: evolução e estado atual do problema. Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, 1(1):9-14, 1972.
20. ———. **Problemas de comunicação da informação científica**. São Paulo, The-saurus Ed., 1973, p. 29-30.
21. GOLDHOR, Herbert. **Análise, interpretação e apresentação**. In: ———. **Pesquisa científica em biblioteconomia e documentação**. Brasília, VIPA, 1973. 224 p. (Visão da informática pura e aplicada, 3.)
22. GOMES, Hagar Espanha & FROTA, Lia M. A. **Bibliografia brasileira corrente: soluções para os problemas de exaustividade, atualização e divulgação**. 15 f. mimeografado. Trabalho apresentado à 4ª Jornada Sul-Rio-Grandense de Biblioteconomia e Documentação, Porto Alegre, 1974.
23. HAMAR, Alfredo Américo & GERMANO, Fernão Stella R. **Índice corrente de recursos audiovisuais**. In: Congresso Regional sobre Documentação, 2., Rio de Janeiro, 1969. **Anais**. Rio de Janeiro, IBB, 1970, p. 349-356.
24. HARROD, L. M. **The librarian's glossary of terms used in librarianship and the book crafts and reference book**. 3. ed. London, A. Deutch, 1971, p. 455.
25. HUTCHINS, Margaret. **Introdução ao trabalho de referência em bibliotecas**. Trad. de Ada Maria Coaracy. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973, p. 153-161.
26. IFLA Section of Public Libraries Meeting, Washington, 1974. **Recommendations for IFLA activities in the field of audiovisual services in public libraries to be presented to the Meeting of IFLA, by the appointed Audio-Visual Working Group**. 7 f. mimeografado.
27. INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. **Bibliotecas especializadas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1969. 605 p.
28. INSTITUTO NACIONAL DO CINEMA. **Catálogo de filmes**. Rio de Janeiro, Departamento do Filme Educativo, 1972. 127 p.
29. ———. **Apêndice do catálogo de filmes**. Rio de Janeiro, Departamento do Filme Educativo, 1974. 113 f. mimeografado.
30. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Seção de Audiovisuais. **Glossário de audiovisuais**. Rio de Janeiro, 1971. 177 p.
31. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. **Guia das bibliotecas brasileiras**. 4. ed. Rio de Janeiro, 1969. 502 p.
32. LACOMBE, Américo Jacobina. **Introdução ao estudo da História do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974, p. 107-8.
33. LEFRANC, R., ed. **Las técnicas audiovisuales al servicio de la enseñanza**. Trad. de Alicias Rozas e Gloria Blanco. Buenos Aires, El Ateneo, 1969, p. 283.
34. LINE, Maurice B. Inclusion of materials in current national bibliographies. **Libri**, Copenhagen 24(1):28-86, 1974.
35. MOSTRA e Simpósio do Filme Documental Brasileiro, 1., Recife, 1974. **Conclusões**. 4 f. mimeografado.
36. NATIONAL AUDIOVISUAL CENTER. **A catalog of United States Government produced audiovisual materials**. Washington, National Archives and Records Service, 1974, 356 p.

37. PETROBRÁS. **Catálogo coletivo de livros, folhetos e filmes.** Rio de Janeiro, Setor de Intercâmbio e Documentação, 1959. 788 p. Filmes e projeções fixas, p. 571-621.
38. ———. **Filmes e projeções fixas de utilidade para os cursos da Petrobrás,** Rio de Janeiro, Setor de Documentação, 1968. 80 p.
39. PONTUAL, Roberto. Onde uma geração se define. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 6 mar. 1975, cad. B, p. 5.
40. ROCHA, Juracy Feitosa. **Publicações oficiais brasileiras: um tema para o VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.** Brasília, Câmara dos Deputados, 1973. 29 f. mimeografado. Trabalho apresentado ao VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Belém, julho de 1973.
41. RODRIGUES, José Honório. **Pesquisa histórica no Brasil.** 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, p. 175. (Brasiliense. Grande formato, 20.)
42. ———. **Teoria da História do Brasil.** 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969, pp. 218-221.
43. SANTOS, Maria Aparecida dos. **Levantamento dos recursos audiovisuais nas Faculdades de Educação e nos Cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia do Estado de São Paulo.** São Paulo, 1972. 192 f. fotocopiado. Trabalho apresentado ao Seminário Latino-americano sobre Centros Audiovisuais, São Paulo, 1972.
44. SEMINAR on the Aquisition of Latin American Library Materials, 17., Amherst, Mass., 1972. **Resolutions.** Washington, OEA, 1972. 17 p. (Cuadernos bibliotecológicos, 57.)
45. SEMINÁRIO Latino-americano sobre Centros Audiovisuais, São Paulo, 1972. **Relatório final.** São Paulo, 1973. 22 f. fotocopiado.
46. O SERVIÇO de Documentação Cartográfica e Fonofotográfica. **Mensário do Arquivo Nacional,** Rio de Janeiro 1(1):9-11, jan. 1970.
47. SOUZA, Sebastião de. Discografia da literatura brasileira. **Revista de Biblioteconomia de Brasília,** Brasília 1(1):67-75, jan./jun.
48. SUDENE. Departamento de Recursos Humanos. **Catálogo das publicações editadas pelo DRH/SUDENE.** 1962-1970. Recife, 1970. 1 v.
49. TOFFLER, Alvin. **O choque do futuro.** Rio de Janeiro, Artenova, 1973, p. 229.
50. UNESCO. **Catalogue de films d'intérêt archéologique, ethnographique ou historique.** Paris, 1970, p. 139.
51. ———. **Dix ans de films sur l'art (1952-1962).** Paris, s. d., p. 161-4.
52. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Estudo de problemas brasileiros.** 2. ed. Recife, Imprensa Universitária, 1971, p. 330.
53. USIS. **Catálogo de filmes de 16 mm sonoros, narrados em português, inglês e japonês.** Brasília, Seção de Cinema, 1972. 131 p.
54. WELLS, H. G. Réverie sur un thème encyclopedique. In: **ENCYCLOPÉDIE française.** Paris, 1939, p. 18'-24-11-12.
55. WINCHELL, Constance M. **Guide to reference books.** 8. ed. Chicago, ALA, 1967, p. 29-30, 340-1.